INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 08/11 a 12/11



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

Nesta semana a PEC 23/2021 dos Precatórios segue ocupando atenção dos deputados federais. Depois de ser aprovada em primeiro turno, as lideranças reforçam suas bases para aprovar ou vetar a matéria no segundo turno. O que está em jogo são os recursos de 2022 para bancar a manutenção do valor atual de 400 reais do auxílio emergencial, que pode se tornar uma complementação do Bolsa Família, caso o Auxílio Brasil não avance.

Quanto a corrida eleitoral de possíveis presidenciáveis em 2022, o destaque está para a definição da filiação do Presidente Jair Bolsonaro ao partido PL (Partido Liberal). E acontece na quarta-feira, 10, em Brasília, o ato de filiação do Ex-Juiz Sérgio Moro no partido Podemos.

Adicionalmente, relacionado à realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021 (COP 26) nesta semana, está pautado, no Plenário da Câmara dos Deputados, o PL 2148/2015, principal do PL 528/2021 que trata da regulamentação do Mercado Brasileiro Redução de Emissões (MBRE). Sua aprovação tem sido defendida como uma demonstração brasileira de se comprometer com a redução de emissões de gases de efeito estufa e ampliar o argumento de que o país é uma potência ambiental.

Além da PEC dos precatórios, está prevista na pauta do plenário da Câmara a MP 1058/2021, que recria o Ministério do Trabalho e Previdência e transfere a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para a pasta do Turismo. E o PLP 147/2019 para modificar a composição e o funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional, incluindo o Sebrae Nacional e uma Confederação de representação da Microempresa. O PLP ainda inclui alguns profissionais liberais no MEI e possibilita aos caminhoneiros autônomos também atuarem como MEI.

Na pauta do Senado Federal, ainda não há itens de interesse pautados até o momento.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara convocou sessões para segunda-feira (18h), terça-feira (9h) e quarta (9h). Abaixo, os itens de destaque:

REQ S/N/2021
De autoria dos Líderes, requer regime de urgência para apreciação do PL 2766/2021, do dep. Marco Bertaiolli (PSD/SP), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

PEC 23/2021 | Íntegra
De autoria do Poder Executivo, altera os art. 100, art. 109, art. 160, art. 166 e art. 167 da Constituição e acrescenta os art. 80-A e art. 101-A no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. O texto foi aprovado em primeiro turno, e vai agora para a segunda votação na casa.

MPV 1058/2021 - do Poder Executivo - que "altera a Lei no 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério do Trabalho e Previdência, e dá outras providências.

PLP 147/2019 - para modificar a composição e o funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional, incluindo o Sebrae Nacional e uma Confederação de representação da Microempresa. O PLP ainda inclui alguns profissionais liberais no MEI e possibilita aos caminhoneiros autônomos também atuarem como MEI.

TERÇA-FEIRA (09)

9h - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

PEC 7/2020 - do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências".
RELATOR: Deputado CARLOS JORDY.
PARECER: pela admissibilidade, com emenda.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

9h30 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

REQ 130/2021 - do Sr. Rogério Correia - que "requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos – CTASP, a fim de discutir a possibilidade de repactuação individual do contrato de trabalho com redução de salário proporcional à jornada de trabalho em períodos em que ocorra emergências de saúde pública, conforme proposto no PL 699, de 2020".
Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

REQ 131/2021 - do Sr. Rogério Correia - que "requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos - CTASP, a fim de discutir a indicação, posse e exercício do cargo de Secretário da Secretaria do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia por Esteves Colnago, que é réu em processo judicial em tramitação na 10a Vara Federal de Brasília, por gestão temerária e improbidade administrativa que redundou em fraudes em fundos de pensão de empresas estatais e privadas".
Posicionamento: Acompanhar (FCS)

PL 1432/2019 - do Sr. Luciano Ducci - que "determina a instalação de assentos para consumidores em espera de atendimento preferencial de idosos, gestantes e deficientes físicos pelos estabelecimentos que prestam serviços de concessão pública e outros que relaciona, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado MAURO NAZIF.
PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 3083/2019 - do Sr. Marcos Pereira - que "altera os arts. 642-A e 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, para dispor sobre a penhora sobre o faturamento da empresa".
RELATOR: Deputado SILVIO COSTA FILHO.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 4251/2019 - do Sr. Fábio Trad - que "regulamenta a profissão de garçom e dá outras providências. "
RELATOR: Deputado VICENTINHO.
PARECER: pela aprovação deste e dos Projetos de Lei Nos 5.063/19 e 363/20, apensados, com substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 1974/2021 - dos Srs. Sâmia Bomfim e Glauber Braga - que "dispõe sobre o instituto da Parentalidade em todo Território Nacional e altera as Leis 5.452, de 1o de Maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), 8112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores), 8212/1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8213/1991 (Regime Geral da Previdência Social) e 11770/2008 (Empresa Cidadã)".
RELATORA: Deputada FERNANDA MELCHIONNA.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

QUARTA-FEIRA (10)

9h - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

PLP 144/2020 - dos Srs. Paulo Ganime e Adriana Ventura - que "modifica a Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966, para unificar os cadastros fiscais da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios".
RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento

quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PLP 255/2020 - dos Srs. Paulo Ganime e Alexis Fonteyne - que "dispõe sobre o termo de distribuição de procedimento fiscal".
RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo..
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS).

PL 5306/2020 - do Senado Federal - Eduardo Braga - que "altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, e a Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos desses Fundos, para incluir as startups nas diretrizes e no rol de beneficiários dos Fundos Constitucionais, conferindo-lhes prioridade no recebimento de linhas de créditos especiais; e dá outras providências".
RELATOR: Deputado FERNANDO MONTEIRO.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do PL 5306/2020, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PDL 747/2019 - do Sr. Daniel Coelho - que "susta os efeitos do Art. 2o da Resolução no 4.765, de 27 de novembro de 2019, do Banco Central do Brasil que" Dispõe sobre o cheque especial concedido por instituições financeiras em conta de depósitos à vista titulada por pessoas naturais e por microempreendedores individuais (MEI)".

RELATORA: Deputada ALÊ SILVA.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo no 747/2019 e dos PDLs 763/2019, 764/2019, 766/2019, 767/2019, 772/2019, e 25/2020, apensados; e, no mérito, pela rejeição do PDL no 763/2019, e dos PDLs nos 764/2019, 766/2019, 767/2019, 772/2019, e 25/2020, apensados.
Posicionamento: Acompanhar (FCS)

PL 647/2021 - do Sr. Altineu Côrtes - que "estabelece prazo máximo para a restituição do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, enquanto reconhecida a ocorrência de estado de calamidade pública".
RELATOR: Deputado VINICIUS GURGEL.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei no 647/2021, e do PL no 1.162/2021, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL no 647/2021, com substitutivo; e pela rejeição do PL no 1.162/2021, apensado.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 6091/2019 - do Sr. Jerônimo Goergen - que "dispõe sobre a dispensa da apresentação da declaração de saída temporária nos municípios contíguos às áreas de livre comércio".
RELATOR: Deputado SIDNEY LEITE.
PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei no 6.091/2019, e do PL no 4.446/2020, apensado.
Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer (FCS)

PL 3605/2020 - do Sr. Eduardo Costa e outros - que "altera a Lei no 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para permitir a redução de taxas de juros a micro e pequenas empresas em financiamentos com base na Taxa de Longo Prazo – TLP e sua taxa de juros prefixada, especialmente enquanto durarem os efeitos

sociais e econômicos da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19".
RELATOR: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Emenda Adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.
Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer (FCS)

PL 3720/2020 - do Sr. Alexis Fonteyne - que "altera a lei 9.340, de 27 de dezembro de 1996 para permitir a utilização de créditos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil na compensação de débitos relativos a multas de mora".
RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não
cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei no 3.720, de 2020;
e, no mérito, pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

11h - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT) |

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Foi agendada Audiência Pública na Comissão de Finanças e Tributação para próxima quarta-feira, 10/11, às 11h, com o tema "**Resultados da política pública de incentivos fiscais**".

Foram convidados:

- **José Barroso Tostes Neto**, Secretário Especial Da Secretaria Especial Da Receita Federal Do Brasil - SRF (Não confirmado)
- **Andreia Rocha Bello de Oliveira**, Secretária da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União - TCU (Confirmado)
- **Victorino Ribeiro Coelho**, Presidente da Associação Contas Abertas (Não comparecerá)

- **Felipe Scudeler Salto**, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente - IFI (Não confirmado)

13h - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

PLP 99/2020 - do Sr. Vermelho - que "institui Programa Especial de Isenção Tributária Condicionada e reabertura de prazo de parcelamento, permitindo que o gasto com funcionários seja compensado em benefícios tributários, nos termos do Código Tributário Nacional, no período de vigência da Lei nº 13.979, de 2020, em razão do enfrentamento da da calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID- 19)".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela rejeição deste, do PLP 100/2020, do PLP 139/2020, e do PLP 72/2021, apensados.

PLP 130/2020 - do Sr. Mário Heringer - que "institui o Programa Especial de Regularização Tributária
decorrente da crise causada pela pandemia da Covid-19 (Pert-Covid)".
RELATOR: Deputado JOSÉ RICARDO.
PARECER: pela aprovação, com emendas.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PLP 33/2020 - do Senado Federal - Ângelo Coronel - que "altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer e disciplinar a renegociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a liquidação simplificada, e dispor sobre a falência das microempresas e das empresas de pequeno porte. "
RELATOR: Deputado HUGO LEAL.
PARECER: pela aprovação deste, e do PLP 217/2020, apensado, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)
Impacto: Muito Alto

PLP 282/2020 - do Sr. Marcelo Ramos - que "estabelece normas para a concessão de incentivos fiscais e fiscal- financeiros e de benefícios fiscais no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal, para aplicação nos Programas de Desenvolvimento Regional". Explicação: Revoga dispositivos da Lei Complementar no 24 de 1957.
RELATOR: Deputado JESUS SÉRGIO.
PARECER: pela aprovação, com Emendas.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PLP 57/2021 - da Sra. Joice Hasselmann - que "dispõe sobre a criação das Centrais de Negócios, altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências" Explicação: Altera as Leis Complementares no 87 de 1996 e 116 de 2003.
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 1118/2019 - do Sr. Marreca Filho - que "obriga hipermercados, supermercados e estabelecimentos similares a disporem de local específico para a venda de produtos provenientes da agricultura familiar".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação deste e do apensado PL 4920/2019, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão
de Defesa do Consumidor.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 4238/2019 - do Sr. Felipe Rigoni - que "altera a Lei no 12.592, de 18 de janeiro de 2012, que "Dispõe sobre o
exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e
Maquiador", para suprimir a intervenção obrigatória dos sindicatos nos contratos de parceria".
RELATORA: Deputada JOENIA WAPICHANA.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.

PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)
Impacto: Médio

PL 3728/2020 - do Sr. Juninho do Pneu - que "dispõe sobre os canais de atendimento das academia, prestadores de serviços esportivos e outros".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação.
Posicionamento: Acompanhar (FCS)

PL 273/2021 - do Sr. Roberto de Lucena - que "concede benefícios fiscais de tributos federais às empresas que se instalarem em municípios com baixo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano“
RELATOR: Deputado MARCO BERTAIOLLI.
PARECER: pela rejeição deste, e da Emenda 1 apresentada na CDEICS.
Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer (FCS)

PL 690/2021 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera os arts. 102 e 103 da Lei no 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que “Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária”, para fins de estabelecer novas regras de inabilitação do falido e de gestão da massa falida".
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)
Impacto: Médio

PL 1142/2021 - da Sra. Renata Abreu - que "altera o Decreto-Lei no 1.578, de 11 de outubro de 1977, para determinar a cobrança do Imposto sobre a Exportação nos casos comprovados de desabastecimento de produtos e de insumos no mercado interno decorrente de exportações excessivas".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela rejeição.



10h - COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

PL 3048/2019 - da Sra. Daniela do Waguinho - que "esta Lei altera o texto da Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a gratuidade na emissão de certificados digitais a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos".
RELATORA: Deputada ANGELA AMIN.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Contrário ao projeto, favorável ao parecer.

QUINTA-FEIRA (11)

9h - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

REQ 57/2021 - Do dep. Ricardo Izar (PP/SP), que requer a realização de audiência pública nesta Comissão para debater o PL 3500/2019, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a cobrança de juros e demais encargos em dívidas inscritas em Sistemas de Proteção ao Crédito. O requerimento convida:

- Representante da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS)
- Representante da Associação Brasileira de Bancos (ABBC)
- Representante da Associação Brasileira de Crédito Digital (ABCD)
- Representante da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs)
- Representante da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI)
- Representante da Associação Nacional dos Bureaus de Crédito (ANBC)
- Representante da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)
- Representante da LCA Consultores
- Representante da União Nacional de Entidades de Comércio e Serviços.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 08/11 A 12/11





AGENDA LEGISLATIVA DA SEMANA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO

Comissão de Constituição, Legislação e Justiça I Segunda-feira, 09h30

PEC 18/2021 - Negativo

Do dep. Clodoaldo Magalhães (PSB), que acrescenta o inciso XV ao parágrafo único do art. 5º da Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de dispor sobre a competência comum do Estado e dos Municípios para assegurar a proteção de dados pessoais. O projeto aguarda deliberação do voto do relator dep. Diogo Moraes (PSB).

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão de Constituição e Justiça I Deliberativa

Terça-feira, 10 horas |

PR 55/2020 - Positivo

Da dep. Julia Lucy (NOVO), que institui o Observatório Distrital sobre a Lei Geral de Proteção ao Dados Pessoais no âmbito do Câmara Legislativa do Distrito Federal

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO

Comissão de Administração Pública

*Quarta-feira, **09h30***

PL 2623/2021 - Relatório indisponível - Negativo

Da dep. Delegada Gleide Ângelo (PSB), que altera a Lei que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, a fim de proibir as empresas de telemarketing, ou estabelecimentos que se utilizem deste tipo de serviço, de condicionarem o fornecimento de produto ou serviço à inserção ou não dos dados do consumidor em cadastro para bloqueio de recebimento de contatos de telemarketing, nos termos que indica. O projeto aguarda deliberação do voto do relator dep. José Queiroz (PDT).



AGENDA LEGISLATIVA DA SEMANA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

Comissão de Constituição e Justiça

Quarta-feira, ***11h***

PL 1832/2020 | Íntegra - Negativo

Do dep. Marcelo Cabeleireiro (DC), (Utilities - cobrança) determina que as concessionárias de serviços públicos, empresas de telefonia, estabelecimentos comerciais e bancários sejam obrigadas a informar ao consumidor a transferência de débito para empresas de cobranças. A matéria é relatada pelo dep. Chico Machado (PSD).

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL Sistema CNDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

